

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 13/03/2017

- [CNJ define membros de fórum do Judiciário sobre criança e juventude](#)
- [TJSP sedia X Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude](#)
- [“Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância” apoia criação de políticas públicas para as crianças](#)

Assunto: CNJ define membros de fórum do Judiciário sobre criança e juventude

Fonte: CNJ

Data: 13/03/2017



A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, designou novos membros para o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj). A juíza auxiliar Maria de Fátima Alves da Silva, coordenadora do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, o juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9), com sede e

jurisdição no Paraná, Marlos Merk e o juiz federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), com sede em Brasília/DF e jurisdição em 14 estados, Hugo Silvano Silva da Gama Filho passaram a compor o fórum. A Portaria n. 16/2017 foi publicada na quarta-feira (8/3).

O colegiado continua sob a presidência do conselheiro Lelio Bentes e vice-presidência do conselheiro Carlos Eduardo Dias. O grupo também conta com a participação da juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Sandra Aparecida Silvestre e do juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) Renato Rodovalho Scussel. Entre as atribuições dos integrantes do fórum está a interlocução entre os órgãos da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça da Infância e da Juventude, as Coordenadorias da Infância e da Juventude e o CNJ em relação a demandas relacionadas a políticas públicas, no âmbito do Poder Judiciário, para crianças e adolescentes.

O Foninj foi instituído por meio da Resolução n. 231/2016. De âmbito nacional e caráter permanente, o fórum deve elaborar estudos e propor medidas para a coordenação de políticas

públicas do Poder Judiciário para aprimoramento dos serviços de Justiça prestados na área da infância e juventude.

Assunto: TJSP sedia X Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 13/03/2017



O Tribunal de Justiça de São Paulo sediou, nestas quinta e sexta-feiras (9 e 10) o *X Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil*. O evento, criado para discutir assuntos relativos à infância e juventude, teve início ontem no Salão Nobre Ministro Costa Manso, no Palácio da Justiça, e se estendeu até esta sexta-feira, na Escola Paulista da Magistratura (EPM).

O presidente do Colégio e coordenador da Infância e da Juventude (CIJ) do TJSP, desembargador Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa, explicou que o encontro possibilita discussão sobre a lei da adoção, matéria que requer muita atenção. “O tema nos causa certa preocupação em relação ao que pode ser modificado na nova lei. Por isso é tão importante a presença de todos vocês aqui.”

Grande convidado do primeiro dia do encontro, o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, falou sobre o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e explicou que a questão da adoção no Brasil requer uma atenção especial. “É preciso estabelecer uma política nacional com o propósito de obtermos informações precisas de crianças que se submetem à adoção. Por isso o cadastro é importantíssimo para o estabelecimento de políticas públicas e para propiciar a defesa do interesse desses menores. Precisamos redefini-lo para que ele seja o melhor possível.”

O presidente da Corte, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, deu as boas-vindas aos participantes e esclareceu que o País precisa muito de juízes vocacionados e comprometidos. “Coloco-me à disposição para o que for preciso, contem sempre conosco”, concluiu.

Também participaram do primeiro dia do evento o vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; o corregedor-geral da Justiça, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças; o vice-coordenador da CIJ do Tribunal de Justiça paulista, Reinaldo Cintra Torres de Carvalho, o desembargador José Benedito Franco de Godói; os juízes assessores Fernando Figueiredo Bartoletti (chefe do Gabinete Civil da Presidência) e Daniel Issler (Vice-Presidência); além dos coordenadores e representantes das CIJs de 18 Tribunais de Justiça do País: desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá (Bahia), juiz Daniel Konder de Almeida (Rio de Janeiro), juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros (Maranhão), desembargador José Maria Teixeira do Rosário (Pará), desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo (Pernambuco), desembargador Vicente de Oliveira Silva (Minas Gerais), juíza Maria Socorro de Souza Afonso (Goiás), desembargadora Antônia Siqueira Gonçalves Rodrigues (Mato Grosso), juíza Andréa Rezende Russo (Rio Grande do Sul), juiz

Adhailton Lacet Correia Porto (Paraíba), juiz Vladson Couto Bittencourt (Espírito Santo), juiz José Dantas de Paiva (Rio Grande do Norte), juiz Rodrigo Tavares Martins (Santa Catarina), juiz Alberto de Almeida (Alagoas), juíza Isabela Sampaio Alves de Santana (Sergipe), juiz José Guilherme Xavier Milanezi (Paraná), juíza Katy Braun do Prado (Mato Grosso do Sul), juiz Frederico Paiva Bandeira de Souza (Tocantins), juíza Larissa Noronha Antunes (Amapá) e juiz Parima Dias Veras (Roraima).

EPM

O segundo e último dia de debates aconteceu no auditório da Escola Paulista da Magistratura.

A mesa de abertura dos trabalhos foi composta pelo desembargador Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa; pelo vice-presidente do Colégio, juiz Adhailton Lacet Correia Porto (TJPB) e pelo secretário, juiz Marcelo Tramontini (TJRO).

Foram discutidos assuntos relacionados a projetos de lei sobre adoção, além de sugestões para a criação de um programa informatizado para armazenamento e sistematização de dados referentes às matérias da Infância e Juventude, além da desvinculação das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção das Corregedorias Gerais da Justiça e suas respectivas integrações às Coordenadorias da Infância e Juventude. Também foram apresentados dados estatísticos sobre o número de pretendentes e de adoções realizadas em cada Estado.

Eduardo Gouvêa ressaltou que os debates foram muito proveitosos, lembrando que o evento reuniu magistrados com décadas de experiência na área. “O encontro possibilitou a discussão de alguns projetos de lei sobre adoção, para que possamos oferecer sugestões ao Congresso Nacional para aperfeiçoamento desse instituto. ”

O evento desta sexta contou também com a presença do desembargador Antonio Carlos Malheiros, integrante consultor da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSP.

Assunto: “Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância” apoia criação de políticas públicas para as crianças

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

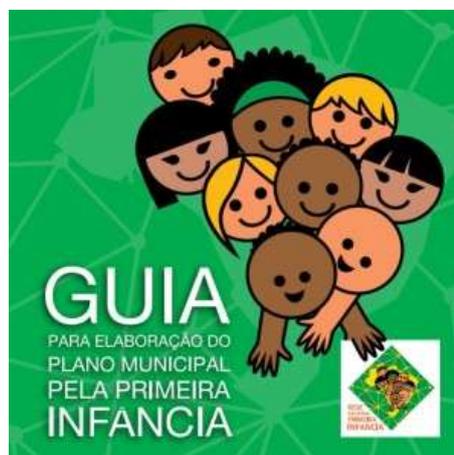
Data: 13/03/2017



A Rede Nacional Primeira Infância acaba de lançar sua mais nova publicação: o Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), que tem o objetivo de apoiar as políticas públicas voltadas para as crianças de até seis anos. O documento está disponível gratuitamente na internet no link:

http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Guia_Plano_Municipal_Primeira_Infancia_RNPI.pdf

“Muitos prefeitos e prefeitas tem o sonho de melhorar a vida dos moradores de suas cidades, de trabalhar pelo desenvolvimento humano e social das crianças, mas muitas vezes não sabem como. O Guia dos PMPIs quer justamente oferecer um instrumento de trabalho que mostre de forma bem objetiva como transformar o desejo em ação política”, afirma Vital Didonet, assessor legislativo da secretaria executiva da Rede Nacional Primeira Infância, e um dos autores da publicação.



“Em termos históricos, é muito recente a descoberta de que as crianças passam, nos seus primeiros anos de vida, por um extraordinário processo de desenvolvimento. Elas começam a aprender no dia em que nascem, incorporando experiências que as influenciarão por toda a vida. É fundamental que tenhamos políticas públicas voltadas a elas e suas especificidades. Está na Constituição brasileira: criança é prioridade”, afirma Claudius Ceccon, coordenador da secretaria executiva da Rede Nacional Primeira Infância, diretor do CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular, e responsável pelas ilustrações e projeto gráfico do Guia.

O Guia para Elaboração do PMPI traz sugestões objetivas e um passo-a-passo do trabalho de elaboração de um Plano Municipal pela Primeira Infância, um instrumento político e técnico, intersetorial, cuja elaboração deve contar com a participação de diferentes esferas dos governos, da sociedade civil e das próprias crianças. Os planos são constituídos de um diagnóstico da situação de vida, desenvolvimento e aprendizagem das crianças no município, uma lista de ações das diferentes secretarias para garantir que os direitos das crianças sejam integralmente atendidos, e metas que permitam avaliar as políticas em curso.

Marco legal da primeira infância

A criação de Planos Municipais pela Primeira Infância está prevista no Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), aprovada em março do ano passado, e que determina princípios e diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para as crianças de até seis anos.

Ao longo dos capítulos, o Guia para elaboração dos PMPIs aborda a importância da atenção integral à criança na primeira infância e os ganhos para um município que elabora um Plano Municipal, além de apresentar um roteiro de ideias para o processo de elaboração. A participação das crianças no processo de elaboração ganhou um capítulo especial, assim como os recursos financeiros, e a importância da comunicação no sucesso de um Plano Municipal pela Primeira Infância.

A publicação faz parte do projeto Criança é Prioridade, uma realização da secretaria executiva da Rede Nacional Primeira Infância / CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular, com apoio da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. E conta com a experiência valiosa das Redes Estaduais pela Primeira Infância e de várias organizações integrantes da RNPI como o UNICEF, Fundação Abrinq, Instituto da Infância (IFAN), Avante, Solidariedade França Brasil, CIESPI/PUC-Rio, OMEP e Lar Transitório de Christie.